



**RECÉM-CHEGADOS**  
Cinco professores empossados em janeiro falam sobre o sonho de ingressar na maior universidade federal do país

**Página 7**

## VEJA O QUE MUDA NA TABELA PREVIDENCIÁRIA DOS SERVIDORES

Páginas 4 e 5

# ANDES SEM BASES

Em mais uma demonstração explícita de anacronismo e oportunismo, diretoria do Andes tenta interferir na escolha de delegados da AdUFRJ, da APUFPR e de outras seções sindicais para o 42º congresso da entidade, a ser realizado em Fortaleza, no fim de fevereiro. Para assegurar a maioria de votos que lhe garanta o controle da máquina — e o mantenha no comando do sindicato nacional, onde está há décadas —, o grupo chegou a convocar assembleia paralela de um sindicato autônomo, como o APUBH, que representa os docentes da UFMG e tem registro sindical próprio, para escolher delegados ao evento. As seções sindicais que tiveram as inscrições de suas delegações rejeitadas pelo Andes — todas de oposição à atual diretoria — se uniram para denunciar a manobra.

# SALÁRIOS: SERVIDORES CALCULAM NOVO ÍNDICE

SILVANA SÁ  
silvana@adufjr.org.br

O Fonasefe – fórum que agrupa parte dos servidores públicos federais – reuniu as diretorias dos sindicatos nacionais na sexta-feira passada (19) para apresentar uma nova contraproposta unificada dos servidores para o governo federal. O documento elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) traz algumas mudanças em relação à proposta adiantada na última edição do Jornal da AdUFRJ. Pelos cálculos mais recentes – que levaram em conta a inflação acumulada entre setembro de 2016 e dezembro de 2023 e a projetada até 2025, além dos reajustes acumulados entre 2016 e 2023 –, o grupo I de servidores teria um índice de recomposição de 34,32%. Já para o grupo II – no qual os docentes do magistério superior e EBTT se enquadram – seria reivindicado um índice de 22,71%.



três parcelas de 10,34% entre 2024 e 2026. Já o grupo II teria três reajustes de 7,06% no mesmo período.

O assunto será debatido na próxima reunião do setor das Federais do Andes, em Brasília, marcado para este sábado (27). No dia 30, a proposta será submetida à plenária unificada dos servidores públicos federais e, no dia 31, protocolada no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. Presidente da AdUFRJ, a professora Mayra Goulart conta que a seção sindical é simpática ao reajuste parcelado. “O reajuste escalonado é uma saída para o nosso pleito de recomposição salarial e, ao mesmo

tempo, pressiona o governo a encontrar espaço fiscal ao longo dos anos para a valorização dos servidores”, analisa. “Nós compreendemos a atuação do governo Lula na contenção da extrema direita. Exatamente por isso, estamos pleiteando valores justos e de forma responsável”, afirma.

## CAMPANHA DA ADUFRJ: PROFESSOR MERECE DIGNIDADE

Ganha força a proposta da AdUFRJ, em parceria com economistas da UFRJ, de elevar o vencimento básico dos professores federais EBTT e do magistério superior, igualando com o piso da educação básica. Hoje, os docentes que ainda não possuem mestrado e doutorado ingressam na carreira federal com valores abaixo dos R\$ 4.540. “É uma questão de dignidade para nossos professores receberem pelo menos o piso que o governo estipulou para os docentes da educação básica”, afirma Mayra Goulart. Ela reforça que o assunto é algo específico da categoria e complementar à negociação salarial em curso.

“É preciso reforçar que esta não é uma proposta paralela à que está sendo construída com o conjunto dos servidores. Trata-se apenas de reconhecer que os docentes federais precisam ter o piso do magistério reconhecido como direito”, afirma.

Hoje, a UFRJ possui 42 professores auxiliares do Magistério Superior e nove docentes DI do EBTT. Ao equiparar os salários desses profissionais ao piso nacional do magistério básico, o governo concederia para este grupo um reajuste da ordem de 33%. Como a tabela salarial das carreiras é vinculada, os professores enquadrados

em níveis seguintes também seriam reajustados.

Carlos Frederico Leão Rocha, diretor do Instituto de Economia e ex-reitor da UFRJ, é o idealizador da proposta. “É preciso reforçar que o piso do magistério é um compromisso do próprio governo. Então, não faz sentido professores universitários, sejam eles do magistério superior ou da carreira EBTT, receberem menos que os professores do magistério básico”, afirma. “O piso salarial para o ensino fundamental é um elemento de dignidade da profissão. Infelizmente, um conjunto de professores universitários não recebe essa dignidade

salarial”. O achatamento dos salários, segundo o economista, é fruto de um longo processo de desvalorização das carreiras do magistério federal. “Temos grande defasagem salarial que perpassa toda a categoria e que se reflete no crescente número de professores com empréstimos consignados em todo o país”, afirma. “Nós temos professores do ensino básico e nem eles estão sendo contemplados pelo piso”, observa.

Por se tratar de um pleito relacionado às carreiras do magistério federal, o assunto deverá ser tratado em mesa específica com o MEC e o Ministério da Gestão e Inovação.

### SAIU RESULTADO DO EDITAL PROEXT-PG

■ A UFRJ foi uma das contempladas na portaria conjunta Capes/SESU do Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação (Proext-PG). Foram distribuídos R\$ 63,46 milhões para 191 instituições de ensino superior públicas e privadas. A UFRJ foi a terceira universidade a obter maior volume de

recursos, com o aporte de R\$ 1.528.300,00. A USP ficou em primeiro lugar, com R\$ 2 milhões, e a Unesp, em segundo, com R\$ 1,57 milhão. Os recursos podem financiar bolsas, materiais de consumo, diárias e passagens, além de locação de equipamentos, alimentação e serviços terceirizados de apoio para o desenvolvimento das atividades de extensão.

### AUXÍLIO SAÚDE: ATENÇÃO AOS PRAZOS

■ Servidores públicos federais que recebem auxílio para custeio de saúde suplementar devem estar atentos ao prazo para comprovação de despesas com planos de saúde. O governo federal anunciou como data limite o dia 29 de fevereiro de 2024 para que os servidores ativos e aposentados renovem as informações

sobre o pagamento de mensalidades dos planos. A declaração de pagamentos, dos anos de 2022 e 2023, deve ser retirada pelo site da sua operadora de saúde e encaminhada via aplicativo SouGov.br. Quem não atestar os pagamentos terá o benefício cortado e corre risco de precisar devolver valores ao erário.

### CONVÊNIOS

■ Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufjr.org.br.

#### RIO DE JANEIRO



IBEU



CLUB PET



MAPLE BEAR TIJUCA



MIT CUIDADORES



ACADEMIA TIJUCA FIT



MADONA CLINIC



PSICARE PSICARE



FISIOTERAPIA RJ LTDA



CRECHE AMANHECENDO



CRECHE ESCOLA RECRIAR



CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS



ROÇA URBANA ORGÂNICOS



JC LUZ CORRETORA



FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL



BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS



MACAÉ ESCOLA ALFA



CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL



HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR



MAIS FITNESS ACADEMIA



CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA



RIO DE JANEIRO E MACAÉ INSPIRE ENERGIA SOLAR



KALUNGA PAPELARIA



DROGARIA RAIA

# Andes ignora as bases e fere autonomia sindical

> Grupo que controla há décadas o sindicato nacional interfere na escolha de delegados da AdUFRJ e de outras seções sindicais para o 42º congresso da entidade

ALEXANDRE MEDEIROS  
comunica@adufjr.org.br

A no novo, velhas práticas. Para manter o controle da máquina burocrática que há décadas o sustenta no comando do Andes, o grupo que compõe a atual direção do sindicato nacional vem interferindo na escolha de delegados ao 42º congresso da entidade, a ser realizado em Fortaleza, de 26 de fevereiro a 1º de março. Baseado em referências burocráticas de seu estatuto, refratário às novas formas de mobilização das bases e, mais uma vez, intervindo de forma inaceitável na autonomia sindical, esse grupo negou a inscrição de delegações de algumas seções sindicais que não seguem a sua linha política — entre elas, a AdUFRJ. Na segunda-feira (22), seções sindicais na mesma situação se reuniram para denunciar a manobra.



DELEGADOS em votação no 41º Congresso, em Rio Branco. Direção tenta manter hegemonia

“Há um claro processo de ingerência na escolha dos delegados. A AdUFRJ deseja participar das instâncias do sindicato nacional, e tem feito isso sistematicamente, pois acredita na importância do Andes na defesa e na ampliação dos direitos da categoria. Mas não aceitaremos ingerência nos nossos processos internos”, pondera a presidente da AdUFRJ, professora Mayra Goulart. Desde que a delegação da AdUFRJ ao 42º congresso foi escolhida, em assembleia híbrida realizada em 22 de dezembro, a seção sindical tem enfrentado a resistência do Andes em aceitar a inscrição. O sindicato nacional alega que a situação está “pendente”, pois a assembleia que elegeu os delegados deveria ter ocorrido exclusivamente com presença física, não sendo permitido o formato híbrido.

Além de anacrônica, essa exigência fere o programa que foi eleito pelos filiados da AdUFRJ, que têm apoiado a opção pela democratização dos processos decisórios da seção sindical. Nas últimas três eleições para a diretoria foram eleitas chapas que defenderam em seus programas as assembleias híbridas, que abrem espaço a uma maior participação dos docentes. “A atual diretoria da AdUFRJ foi eleita com um programa que estabelecia o uso de votações eletrônicas para a tomada de decisões em assembleias, e esse programa foi referendado por

62% dos votantes. Trata-se, portanto, de uma ingerência indevida da direção do Andes na autonomia da seção sindical”, relembra Mayra.

Na assembleia de 22 de dezembro, os docentes elegeram, de forma consensual, uma delegação que representa a diversidade dos filiados da AdUFRJ, com nomes ligados à situação e à oposição à atual diretoria da seção sindical. A assembleia contou com a participação de diretores do Andes, que em nenhum momento levantaram objeções quanto ao processo.

“Também é importante salientar que foi um processo exemplar no respeito ao pluralismo enquanto elemento constitutivo de um entendimento democrático que se preocupa com as representatividades das minorias. Por isso, a escolha foi feita em um processo de acordo com a oposição. Na escolha dos delegados houve consenso em virtude desse processo respeitoso”, destaca a presidenta da AdUFRJ.

O formato híbrido tem trazido um aumento na participação dos docentes. Na última assembleia da AdUFRJ, que definiu a delegação ao 42º congresso, 236 professores participaram. Para uma comparação, em 4 de fevereiro de 2015, a assembleia presencial para escolha da delegação da AdUFRJ ao 34º congresso do Andes contou com 11 professores. Na ocasião, a AdUFRJ era dirigida pelo mesmo grupo que hoje comanda o

“**Trata-se, portanto, de uma ingerência indevida da direção do Andes na autonomia da seção sindical**”

MAYRA GOULART  
Presidente da AdUFRJ

sindicato nacional.

Na segunda-feira (22), o sindicato nacional enviou um comunicado à AdUFRJ reafirmando sua negativa em aceitar a inscrição da delegação eleita em 22 de dezembro.

### HISTÓRICO

O inconformismo da direção do Andes com as novas formas de mobilização da categoria já havia sido expressa logo após a vitória da atual diretoria da AdUFRJ, em 15 de setembro do ano passado. Naquele mesmo dia, em ofício à AdUFRJ assinado pela professora Raquel Dias, então presidente em exercício da entidade, o Andes não reconheceu a legitimidade do processo. “Encaminhamos a presente carta com o intuito de informar que as eleições realizadas para a diretoria da AdUFRJ, as quais aconteceram entre

os dias 13 e 14 de setembro de 2023, foram diretamente o estatuto do Andes – sindicato nacional”. Na justificativa, o Andes diz que o parágrafo 9º do estatuto veda o voto não presencial, tal como o virtual, nas instâncias deliberativas e nas eleições das seções sindicais.

A carta de 15 de setembro ainda levantava a possibilidade de judicialização da eleição. “Além disso, faz-se importante destacar que a eleição realizada por esta seção sindical poderá ser objeto de debate no âmbito jurídico, o que poderá acarretar, inclusive, algum tipo de questionamento sobre legitimidade, podendo até ter como consequência anulação do pleito e realização de novas eleições”.

### INTERVENÇÕES

Além da AdUFRJ, outras seções sindicais também vêm sofrendo de ingerência do Andes na escolha de suas delegações ao 42º congresso. A Associação dos Professores da UFPR (APUFPR) passou pelo mesmo processo. Eleita com a participação de 101 docentes em 30 de novembro do ano passado, a delegação da seção sindical teve a sua inscrição negada pelo Andes sob a mesma argumentação da obrigatoriedade do voto presencial.

Segundo dados da APUFPR, na última assembleia da seção sindical para escolha de delegados ao congresso comandada pelo grupo que hoje dirige o Andes, em 2018, havia apenas 14

docentes. Algumas assembleias presenciais de seções sindicais ligadas ao grupo que controla o Andes têm menos de duas dezenas de participantes.

Em carta-denúncia publicada em seu site, a APUFPR repudiou a intervenção. “O pano de fundo é que nas assembleias online ou híbridas, com maior participação de docentes “não militantes” (ou seja, não ligados a partidos, correntes ou organizações políticas, e mais avessos ao discurso fácil de quem brinca de ser revolucionário), eles têm mais dificuldades de aprovar suas propostas e posições radicais, ou mesmo de eleger delegados. Para eles, só funciona o tipo de assembleia na qual pouquíssimos participam, onde eles podem gritar e tentar intimidar a mesa (caso eles não estejam dirigindo), se inscrever em bloco para que vários deles repitam os mesmos argumentos, cansar os docentes até que as pessoas saiam da assembleia, para que só eles “sobrevivam” até o final e possam votar, praticamente sozinho, deliberações que afetam o conjunto dos docentes”, diz a carta.

Também em carta publicada semana passada em seu site, o Sindicato dos Professores da UFMG (APUBH) denunciou a tentativa do Andes de transformar o sindicato em “massa de manobra”. O caso é ainda mais grave porque o APUBH é um sindicato autônomo, com carta sindical própria. Sob a alegação de uma suposta “omissão” do sindicato em convocar assembleia para a escolha dos delegados ao 42º congresso, o Andes fez a convocação de uma assembleia paralela.

“A atual diretoria do Andes convocou uma assembleia dos professores da UFMG se valendo de norma de seu Estatuto que permite à Regional intervir em caso de omissão da seção local e convocar assembleia para eleição de delegados para o Congresso do Andes. Porém, como definido no processo de registro sindical (nº 46211.013028/2007-15) e o próprio Andes reconheceu no último pleito eleitoral, o APUBHUFMG+ não é seção local da referida entidade. Trata-se de absurda e indevida ingerência sindical na administração de sindicato formalmente constituído – nesse caso o APUBHUFMG+ – querendo fazer do nosso sindicato massa de manobra no processo de realização do 42º Congresso do Andes, a acontecer no final do próximo mês”, denuncia o sindicato mineiro.

# Nova tabela previdenciária é vantajosa para servidores

> Na semana em que a Previdência Social completa 101 anos, o Jornal da AdUFRJ traz um guia para você entender como calcular o desconto previdenciário a partir da revisão da tabela progressiva

SILVANA SÁ  
silvana@adufrrj.org.br

O governo revisou a tabela de contribuição previdenciária dos servidores federais. Os percentuais permanecem os mesmos, variando de 7,5% a 22%, mas houve mudança nas faixas salariais que recebem a alíquota progressiva. No ano passado, o percentual mais baixo de contribuição era aplicado a valores até R\$ 1.302. Agora, passa a ser aplicado a até R\$ 1.412, que é o mesmo valor do salário mínimo reajustado pelo governo Lula, em 1º de janeiro. As demais faixas de ganhos também foram alteradas (veja tabela abaixo). Os novos limites já estão em vigor e serão descontados no próximo contracheque.

Por exemplo, com a revisão

deste ano, se um professor recebe R\$ 10 mil de vencimento, ele terá aplicados: 7,5% sobre a fatia até R\$ 1.412; 9% na fatia entre R\$ 1.412,01 e R\$ 2.666,68; 12% de R\$ 2.666,69 a R\$ 4.000,03; 14% de 4.000,04 a R\$ 7.786,02; e 14,5% de R\$ 7.786,03 até o limite de R\$ 10.000. “Quando você faz todas essas contas, levando em consideração as faixas salariais, a alíquota efetiva desse profissional é de R\$ 12,32%”, esclarece Max Leno de Almeida, economista do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Neste exemplo de R\$ 10 mil, o total da contribuição do docente será de R\$ 1.229,88. Até o final do ano passado, o valor total da contribuição desse professor, considerando o mesmo salário, era de R\$ 1.238,64. Haverá uma ligeira redução de valores a pagar.

Em outro exemplo, para quem

ganha R\$ 15 mil, também há redução da contribuição. O valor cai para R\$ 1.998,21. No ano passado, essa contribuição era de R\$ 2.006,50. Um decréscimo de R\$ 8,29.

Para salários mais altos, a vantagem para o professor é um pouco maior. Quem ganha R\$ 25 mil, por exemplo, economizará R\$ 124,19, já que, com a revisão da tabela, a contribuição cai de R\$ 3.656,49 para R\$ 3.532,30.

Mesmo para quem recebe abaixo de R\$ 7.786,02, que é o teto do INSS, há vantagem em relação aos limites aplicados no ano passado. Um docente que receba, por exemplo, R\$ 5 mil, pagará efetivamente R\$ 518,81. Até dezembro, esse valor era de R\$ 526,19.

**APOSENTADO TAMBÉM CONTRIBUI**

A tabela progressiva de descon-

to previdenciário também se estende a servidores federais aposentados e pensionistas. Essa é uma diferença em relação ao Regime Geral da Previdência Social, que abrange segurados vinculados ao INSS. No caso deles, não há contribuição a ser descontada após a aposentadoria, ao contrário dos servidores, que permanecem com o recolhimento dos valores de forma vitalícia. Os percentuais passam a incidir, no entanto, somente sobre o valor que ultrapassar o teto do INSS.

Para a professora Lena Lavinhas, do Instituto de Economia, a norma é uma “excescência”. “Essa regra foi instituída na reforma da Previdência do primeiro governo Lula. Nesse momento, ele também introduziu a ideia de instaurar um regime de previdência complementar para o funcionalismo federal”, conta a professora. “Essas mudanças

estruturais ocorreram em 2003. Isso é uma excescência. Em nenhum lugar do mundo a pessoa contribui para a Previdência por toda a vida”, critica a docente.

A justificativa para os descontos de aposentados e pensionistas seria o déficit no regime próprio de previdência. “É uma coisa fora de qualquer critério. Infelizmente, não há ninguém no campo progressista que coloque essa regra em questão, ou que reivindique sua revogação”.

**HÁ EXCEÇÕES**

Para aqueles que se aposentaram pelo regime de Previdência complementar, criado pelo governo Dilma, em 2012, também não há o desconto da contribuição após a aposentadoria. Já para aposentados ou pensionistas com doenças incapacitantes, o desconto incidirá a partir de valores que ultrapassem o dobro do teto do INSS.

## ENTENDA O CÁLCULO

Se o professor ganha R\$ 10 mil, ele vai contribuir da seguinte forma:

• **PAGARÁ 7,5%** sobre R\$ 1.412 — vai recolher R\$ 105,90

• **MAIS 14%** sobre R\$ 3.785,98 — que é a diferença entre R\$ 7.786,02 e R\$ 4.000,04 — com recolhimento de mais R\$ 530,04

• **MAIS 9%** sobre R\$ 1.254,67 — o valor é a diferença entre R\$ 2.666,68 e R\$ 1.412,01 — vai recolher mais R\$ 112,92

• **MAIS 12%** sobre R\$ 1.333,34 — que é a diferença entre R\$ 4.000,03 e R\$ 2.666,69 — vai contribuir com mais R\$ 160

**No total, a contribuição dele será de R\$ 1.229,88.**



## EX.3: SALÁRIO DE R\$ 15 MIL

ALÍQUOTA PROGRESSIVA INCIDINDO SOBRE A FAIXA DE VALORES	DESCONTO EFETIVO	DESCONTO EFETIVO
	ANTES	AGORA
9%	R\$ 114,23	R\$ 112,92
12%	R\$ 154,28	R\$ 160
14%	R\$ 511,07	R\$ 530,04
14,5%	R\$ 775,60	R\$ 804,38
16,5%	R\$353,67	R\$ 274,97
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.006,50</b>	<b>R\$ 1.998,21</b>

## EX.4: SALÁRIO DE R\$ 25 MIL

ALÍQUOTA PROGRESSIVA INCIDINDO SOBRE A FAIXA DE VALORES	DESCONTO EFETIVO	DESCONTO EFETIVO
	ANTES	AGORA
7,5%	R\$ 97,65	R\$ 105,90
9%	R\$ 114,23	R\$ 112,92
12%	R\$ 154,28	R\$ 160
14%	R\$ 511,07	R\$ 530,04
14,5%	R\$ 775,60	R\$ 804,38
16,5%	R\$2.003,66	R\$ 1.924,97
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 3.656,49</b>	<b>R\$ 3.532,31</b>

## EX.5: APOSENTADOS PELO REGIME PRÓPRIO

Benefício de R\$ 12.000. Neste caso, os percentuais incidem apenas sobre o que exceder o teto do INSS. Assim, o salário de contribuição do docente este ano será de R\$ 4.213,80 que é a diferença entre o valor bruto de seu benefício (R\$ 12 mil) e o novo teto do INSS fixado em R\$ 7.786,20.

ALÍQUOTA PROGRESSIVA INCIDINDO SOBRE A FAIXA DE VALORES	DESCONTO EFETIVO	DESCONTO EFETIVO
	ANTES	AGORA
7,5%	R\$ 97,65	R\$ 105,90
9%	R\$ 114,23	R\$ 112,92
12%	R\$ 154,28	R\$ 160
14%	R\$ 88,98	R\$ 29,93
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 455,14</b>	<b>R\$ 408,75</b>

## HISTÓRICO



## CONGRESSO APROVOU REFORMA EM 2019

Desde 2019, a contribuição de servidores federais obedece a alíquota progressiva sobre faixas de valores, que varia de 7,5% a 22%, fruto da reforma da Previdência de Bolsonaro. Os percentuais foram definidos pela Emenda Constitucional 103/2019. Até então, o cálculo levava em conta uma única alíquota, fixada em 11%. Com a mudança, a contribuição passou a ser realizada levando-se em conta cada parcela do salário. Dessa forma, os vencimentos mais baixos têm vantagem em relação à regra anterior, pois contribuíam com menos de 11%. No entanto, de acordo com estudo técnico do Dieese, 78,95% dos servidores federais ganham acima dos R\$ 6 mil e, por isso, recolhem efetivamente mais de 11% dos proventos para o regime próprio.

## CÁLCULO DIFERENTE PARA QUEM MIGROU PARA A FUNPRES

Professores que migraram para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público da União (Funpresp) ou que tiveram adesão automática quando tomaram posse no serviço público, contribuem de maneira diferenciada para a previdência própria. “Para quem ganha acima do teto do INSS, a alíquota progressiva incide até o valor de R\$ 7.786,02. E sobre a diferença entre o teto do INSS e o seu salário efetivo haverá a aplicação do percentual escolhido pelo participante”, esclarece a assessoria de imprensa da instituição. Para esses casos, houve aumento efetivo do valor total da contribuição na tabela progressiva (veja exemplos a seguir).

O segurado da Funpresp, no momento da adesão, opta por 7,5%, 8% ou 8,5% de contribuição. Para cada um real pago pelo servidor, há a contrapartida do órgão empregador, com quantia de igual valor. A regra é válida apenas para quem recebe acima do teto do INSS. Para quem recebe abaixo do teto, há o chamado salário de participação mínimo, que equivale a dez Unidades de Referência do Plano (URP). O valor de referência passou de R\$ 178,07 para R\$ 186,30. Assim, os salários de participação mínimos passaram de R\$ 1.780,70 para R\$ 1.863,00 para participantes do Poder Executivo. A partir desse mínimo, o segurado pode escolher o valor sobre o qual incidirá a alíquota de participação no fundo (7,5%, 8% ou 8,5%). Esse cálculo resulta na contribuição mensal do participante para sua aposentadoria.

### EXEMPLO 1

Salário de R\$ 5 mil, salário de participação mínimo (R\$ 1.863) com alíquota de 8% para a Funpresp

ALÍQUOTA	ANTES	AGORA
7,5%	R\$ 97,65	R\$ 105,90
9%	R\$ 114,23	R\$ 112,92
12%	R\$ 154,28	R\$ 160
14%	R\$ 160,03	R\$ 139,99
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 526,19</b>	<b>R\$ 518,81</b>
8% para Funpresp	R\$ 142,46	R\$ 149,04
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 668,65</b>	<b>R\$ 667,85</b>

### EXEMPLO 2

Salário de R\$ 10 mil, com alíquota de 8% para a Funpresp

ALÍQUOTA	ANTES	AGORA
7,5%	R\$ 97,65	R\$ 105,90
9%	R\$ 114,23	R\$ 112,92
12%	R\$ 154,28	R\$ 160
14%	R\$ 511,07	R\$ 530,04
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 877,23</b>	<b>R\$ 908,86</b>
8% para a Funpresp	R\$ 199,40	R\$ 177,12
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 1.953,86</b>	<b>R\$ 1.994,78</b>

### EXEMPLO 3

Salário de R\$ 15 mil, com alíquota de 8% para a Funpresp

ALÍQUOTA	ANTES	AGORA
7,5%	R\$ 97,65	R\$ 105,90
9%	R\$ 114,23	R\$ 112,92
12%	R\$ 154,28	R\$ 160
14%	R\$ 511,07	R\$ 530,04
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 877,23</b>	<b>R\$ 908,86</b>
8% para a Funpresp	R\$ 599,40	R\$ 577,12
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 1.476,63</b>	<b>R\$ 1.485,98</b>

### EXEMPLO 4

Salário de R\$ 25 mil, com alíquota de 8% para a Funpresp

ALÍQUOTA	ANTES	AGORA
7,5%	R\$ 97,65	R\$ 105,90
9%	R\$ 114,23	R\$ 112,92
12%	R\$ 154,28	R\$ 160
14%	R\$ 511,07	R\$ 530,04
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 877,23</b>	<b>R\$ 908,86</b>
8% para a Funpresp	R\$ 1.399,40	R\$ 1.377,12
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 2.276,63</b>	<b>R\$ 2.285,98</b>

# Editais direcionam cotas para onde são mais necessárias

> Das 289 vagas docentes, 73 estão reservadas nas unidades com menor proporção de negros ou pessoas com deficiência. Direcionamento foi possível após lançamento de painel estatístico de pessoal

KELVIN MELO  
kelvini@adufrj.org.br

A UFRJ divulga na próxima quarta-feira (31) o edital para o preenchimento de 289 vagas docentes. Será a primeira vez que um concurso vai aplicar, de forma integral, as regras estabelecidas pelo Conselho Universitário em 2020 para efetivar as cotas para negros (20%) e para pessoas com deficiência (5%).

“Isso deve nos levar ao que mais queremos: uma universidade mais diversa no corpo dos seus servidores, da mesma forma que já tem sido alcançada entre os estudantes com as ações afirmativas”, diz a reitora em exercício, professora Cássia Turci.

Antes de 2020, as políticas afirmativas praticamente não eram aplicadas nas contratações de professores para a UFRJ. Criada em 2014, a lei que reserva vagas aos negros em concursos públicos prescreve que a ação afirmativa só existe onde há disputa por três vagas ou mais. No caso das pessoas com deficiência, a legislação aponta a obrigatoriedade da cota em concursos com cinco vagas ou mais. Mas, na UFRJ, o cálculo era feito em cada local — e raramente um departamento oferecia mais de três oportunidades por edital.

No concurso de 2022, houve um avanço: a conta passou a ser feita sobre o número total de vagas de um edital, com sorteio das vagas destinadas às cotas entre todas as unidades contempladas. Mas havia risco de desequilíbrio, com as vagas podendo ser distribuídas em locais onde já trabalhavam mais docentes negros ou pessoas com deficiência.

E é exatamente essa a novidade a partir de agora. A distribuição das vagas de ação afirmativa passa a considerar um ranqueamento entre as unidades, priorizando as unidades acadêmicas ou departamentos com a menor proporção de docentes negros e pessoas com deficiência. Uma classificação que só se tornou possível graças à criação de um painel estatístico lançado pela pró-reitoria de Pessoal (PR-4) no início de dezembro — a nova ferramenta, noticiada no Jornal da AdUFRJ nº 1.301, possibilita conhecer os mais variados dados de professores e técnicos da universidade. Na ocasião, quase

80% dos docentes em atividade se declaravam brancos.

O novo sistema auxilia a modificar este cenário. “Este Painel tem nos ajudado a conhecer melhor a UFRJ e a tratar de forma mais justa a distribuição de servidores, não apenas dos docentes, mas também dos servidores técnico-administrativos em educação”, afirma Cássia.

Exemplo: o Instituto de Geociências apresenta a menor proporção de docentes negros entre as unidades do atual edital (4,05%). Com 74 professores no total, deveria ter, no mínimo, 15 docentes negros. Mas só três se declararam pretos ou pardos. O percentual faltante para alcançar o número mínimo é de 15,95%. Esse índice, somado com o estabelecido em lei (20%), é multiplicado pelo número de vagas a que teve direito (6 x 35,95%) e, assim, o IGEIO terá duas delas reservadas para as cotas.

Quer dizer, teria. O instituto ficou com três cotas graças a um segundo dispositivo para garantir a aplicação mínima das ações afirmativas em cada edital. Considerando o total de vagas ofertadas (289), 58 (ou 20%) devem ser reservadas para negros. Seguindo o cálculo anterior, apenas 54 seriam distribuídas. Das quatro restantes, o IGEIO ganhou mais uma cota pela ordem de prioridade (veja a distribuição por unidade no quadro).

O saldo de quatro vagas se explica por que nem todas as unidades da UFRJ ganharam vagas no atual concurso e, entre as que ganharam, há aquelas com percentual superior a 20%. Última no ranking, por exemplo, a Escola de Serviço Social tem 32,73% de docentes negros ou pardos e não vai oferecer cota por este critério.

Como a pró-reitoria de Pessoal não possui os dados de etnia por departamento, um sorteio público ainda foi realizado para definir a setorização das três cotas entre as seis vagas do instituto. O mesmo procedimento se repetiu para as demais unidades.

## COTAS PARA PCD

Para as 15 vagas (5% das 289 oferecidas) reservadas às pessoas com deficiência, 27 unidades seriam elegíveis ao sorteio. Mas as unidades com apenas uma vaga alocada ficaram automaticamente com a cota. (veja a distribuição no quadro)

Todas as 27 ficaram empatadas por não ter nenhuma pessoa com deficiência no quadro



docente. E apenas o Instituto de Macromoléculas, o Instituto de Pesquisas de Produtos Naturais (IPPN) e o Instituto de Psiquiatria apresentaram índices iguais ou superiores aos 5% mínimos estabelecidos em lei para o atual edital.

Com a universidade enfrentando escassez de pessoal e como os concursos demoram até o cumprimento de todas as etapas, o professor Habib esclarece que, de acordo com a legislação vigente, elas se transformarão automaticamente em vagas de ampla concorrência. “As vagas de ações afirmativas não restringem os candidatos que podem se inscrever. A única diferença é que, na classificação, serão considerados primeiramente os candidatos de ações afirmativas aprovados, e logo em seguida, os candidatos não cotistas aprovados até o limite previsto na legislação vigente sobre o número máximo de aprovados”. No caso de setorização com uma vaga, o máximo corresponde a cinco aprovados, por exemplo.

“A UFRJ está se empenhando em ser mais inclusiva no acesso ao magistério superior, o que possibilitará ocupar as unidades acadêmicas com pessoas negras e PCD de forma equalizada”, afirma Habib. “Isso permitirá

sibilidade, da Pró-Reitoria de Pessoal, do gabinete da reitoria, da Comissão de Legislação e Normas do Consuni e da Procuradoria Federal da UFRJ, ouvidas demandas do Ministério Público Federal.

Mas o que acontece se não houver candidatos cotistas (ou mesmo aprovados) para as vagas destinadas às ações afirmativas? O professor Habib esclarece que, de acordo com a legislação vigente, elas se transformarão automaticamente em vagas de ampla concorrência. “As vagas de ações afirmativas não restringem os candidatos que podem se inscrever. A única diferença é que, na classificação, serão considerados primeiramente os candidatos de ações afirmativas aprovados, e logo em seguida, os candidatos não cotistas aprovados até o limite previsto na legislação vigente sobre o número máximo de aprovados”. No caso de setorização com uma vaga, o máximo corresponde a cinco aprovados, por exemplo.

“A UFRJ está se empenhando em ser mais inclusiva no acesso ao magistério superior, o que possibilitará ocupar as unidades acadêmicas com pessoas negras e PCD de forma equalizada”, afirma Habib. “Isso permitirá

que os docentes oriundos dessas opções de acesso ganhem mais voz, mais espaço de defesa e mais influência em cada unidade da UFRJ”, completa.

## COTAS PARA NEGROS (58 vagas)

Duque de Caxias (2); Farmácia (1); Psiquiatria (1); Medicina (4); Odontologia (1); Biofísica (2); Biologia (2); Bioquímica Médica (1); ICB (1); IESC (1); Microbiologia (1); Nutrição (1); Coppead (3); FACC (1); FND (1); Economia (3); Computação (2); Física (3); Geociências (2); Valongo (1); ECO (3); IFCS (1); Psicologia (2); EBA (2); Música (1); FAU (2); Letras (2); Coppe (4); Escola de Química (1); Poli (4); Museu Nacional (1).

## COTAS PARA PCD (15 vagas)

CENABIO (1); EEFD (1); Odontologia (1); Biologia (1); IESC (1); Nupem (1); FND (1); IPPUR (1); Física (1); Matemática (1); Serviço Social (1); Filosofia (1); Psicologia (1); FAU (1); Coppe (1).

# NOVOS ROSTOS DA UFRJ

> Cinco professores recém-empossados contam suas trajetórias e expectativas de início da carreira



Sou engenharia química formada pela Escola de Química, em 2011, onde também fiz mestrado e doutorado, de 2012 a 2019. É uma situação de volta para casa, no melhor sentido. Faz muito sentido estar neste lugar e continuar o ciclo. Fui professora substituta na UFRJ, de 2014 a 2016. A primeira experiência em sala de

aula marca muito a gente. Eu me lembro da empolgação e do nervosismo. E da sensação de gostar disso. Acho que uma vez em sala de aula, a gente não larga mais. Neste semestre, vou dar matéria sobre controle de processos para alunos do fim do curso e também vou dar metodologia científica, para os calouros. Será muito legal dar matéria para os dois “cenários”: o de pessoas entrando e o de gente já se formando. Na pesquisa, vou seguir estudando o uso de inteligência artificial na detecção e predição de falhas em processos químicos. Por acaso, a IA está numa



Cursei Ciências Sociais na UFF, de 2008 a 2011. Fiz mestrado e doutorado também na UFF, em Antropologia, de 2012 a 2019. E, desde a graduação, comecei a estudar o campo da educação dentro da perspectiva das ciências sociais e, particularmente, da Antropologia. No pós-doutorado, desenvolvi e participei de projetos que in-

vestigam a relação entre escola e violência, especialmente em escolas públicas do Rio de Janeiro, que são meu foco. Quais são os conflitos mais recorrentes? Como são administrados? Do ponto de vista da pesquisa, esse é um campo que considero muito importante para pensar a educação no Brasil. A situação aflige os professores e os estudantes e ganhou expressão mais dramática com os recentes atentados nas escolas. Precisamos ter políticas públicas atentas a esses fenômenos. Neste semestre, darei três disciplinas: duas de fundamen-



Fiz toda a graduação e pós-graduação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Minha trajetória acadêmica começa quando percebo que minha vida profissional não seria em escritórios ou empresas, mas vinculada à educação. É onde me sinto acolhida e onde consigo transmitir meus conhecimentos

e habilidades de modo mais completo e significativo. Minha primeira experiência profissional na educação foi como professora substituta na UFSC em 2018 e, depois, na Universidade Positivo, em Curitiba, em 2020. No ano seguinte, trabalhei como colaboradora na Universidade Estadual do Paraná, em Campo Mourão. Como atuei em vários lugares, com culturas e pessoas diferentes, tive que aprender a me adaptar. Depois dessa jornada de aprendizado, acho que a UFRJ veio para mim como um presente. Vou lecionar sobre análise econômica financeira e espec-

KELVIN MELO  
kelvini@adufrj.org.br

Diferentes trajetórias e um sonho em comum finalmente realizado: ser professor da UFRJ. Cinco docentes e empossados nos primeiros dias de 2024 falaram ao Jornal da AdUFRJ sobre suas trajetórias acadêmicas e expectativas para a carreira que acabam de iniciar.

Janaína Ferreira veio do Sul do país para reforçar o quadro da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis e ainda está se acostumando à cidade e aos problemas da universidade. No dia da posse, o sistema da UFRJ caiu. “No entanto, isso não diminuiu em nada a minha emoção e felicidade de iniciar a



A posse significou a concretização de um antigo sonho”

TADEU MORATO MACIEL  
Professor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa

carreira”, afirma.

Andréa Parente, por sua vez, fez toda sua formação na Escola de Química, desde a graduação. Sua primeira experiência em sala de aula, como professora substituta, também aconteceu na unidade. “Faz muito sentido estar neste lugar e continuar o ciclo”, diz. “Acho que uma vez em sala de aula, a gente não larga mais”, brinca.

A ansiedade para dar as primeiras aulas como efetivo é uma sensação que todos parecem

compartilhar. “Estou bastante ansioso e animado para o começo das aulas”, reforça Borís Maia, da Faculdade de Educação. “A UFRJ sempre foi uma universidade de referência não só para mim, mas para o país inteiro”, completa.

O prestígio da maior federal do país é geral. “A posse significou a concretização de um antigo sonho, que é a possibilidade de atuar profissionalmente em uma universidade pública de reconhecida qualidade”, informa Tadeu Morato, do Instituto de Relações Internacionais e Defesa.

A possibilidade de retribuir para outras pessoas a formação recebida no ensino público é o que motiva Talis Uelisson, do Instituto de Química, que resume em uma frase o depoimento de todos os colegas. “Agora tenho o emprego dos meus sonhos”.



Grande parte da minha formação ocorreu em São Paulo. No final do doutorado, devido a desejo de focar na carreira acadêmica, acabei me mudando para o Rio de Janeiro. Assim que cheguei, em 2018, consegui atuar como professor colaborador na graduação de Relações Internacionais da UFF. No ano seguinte, recebi uma bolsa de pós-doutorado da Capes para desenvolver uma pesquisa sobre as Forças Armadas brasileiras em processos contemporâneos de estabilização/pacificação, como forma de identificar e problematizar possíveis sinergias entre a segurança pública, defesa

nacional e segurança internacional. Com a minha entrada na UFRJ, pretendo não apenas aprofundar minhas pesquisas nessa mesma temática, como também analisar outros processos de pacificação para além da experiência brasileira. Além das disciplinas que irei lecionar (já me atribuíram duas obrigatórias), gostaria de estruturar um projeto de extensão de educação e divulgação científica a respeito de temas centrais para as graduações vinculadas ao IRID (Relações Internacionais e DGEI — Defesa e Gestão Estratégica Internacional). Estou extremamente animado para iniciar minhas atividades. A posse significou a concretização de um antigo sonho, que é a possibilidade de atuar profissionalmente em uma universidade pública de reconhecida qualidade.

TADEU MORATO MACIEL  
Instituto de Relações Internacionais e Defesa

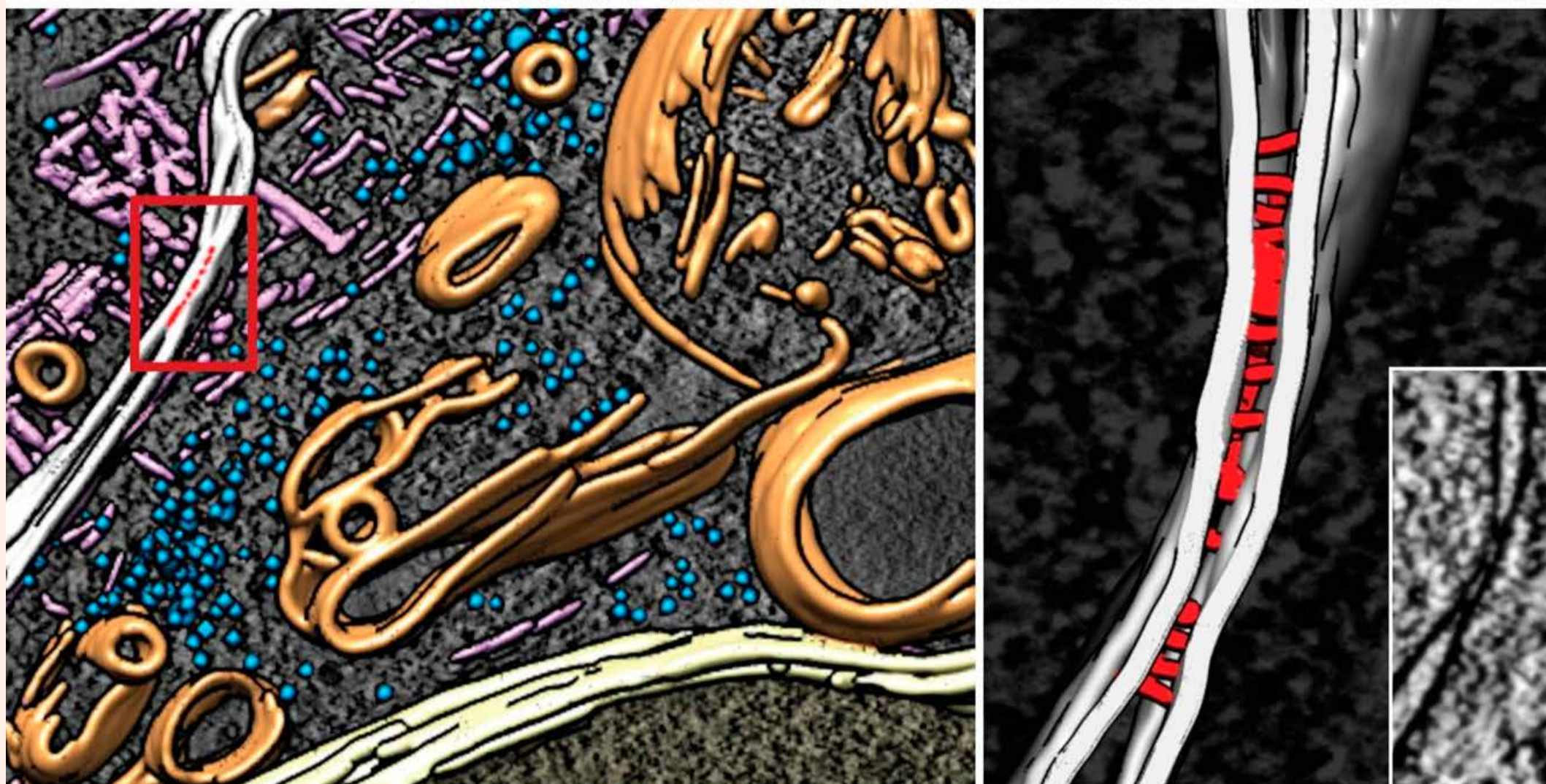
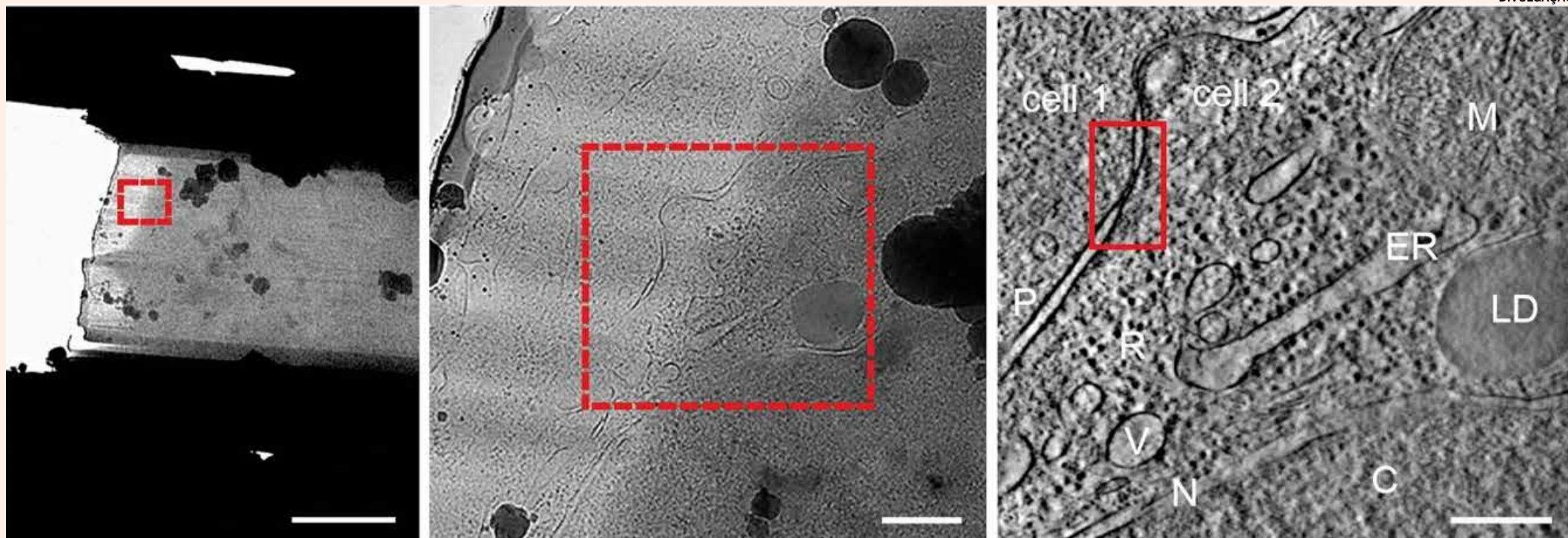


Não esperava ser professor da UFRJ, mas, de alguma forma, a vida sempre me trouxe para cá. Fiz curso técnico no Instituto Federal do Rio de Janeiro, em Nilópolis, minha cidade natal e onde continuei morando, mas estagiei e trabalhei no Ladetec (Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico), no Fundão, de 2008 a 2010. Em 2012, ingressei na Licenciatura em Química do IFRJ, em Nilópolis novamente, mas depois fiz mestrado e doutorado aqui no Instituto de Química, de 2016 a 2022. Já de 2021 a 2023, fui substituto na Rural, o que consolidou minha vontade de ser professor. Agora tenho o emprego dos meus

sonhos. Na pesquisa, vou continuar com o trabalho iniciado na pós-graduação de desenvolver cálculos para tentar explicar certos fenômenos em química inorgânica. Na graduação, no primeiro período, vou pegar duas disciplinas de Química Geral I, no período da noite. A existência dos cursos noturnos é fantástica, pois possibilita aos alunos que trabalham o acesso a uma educação superior de qualidade em uma universidade pública. Também cursei o noturno e talvez ajude nessa interação com os alunos o fato de eu ter passado pelas mesmas dificuldades. A formação que tive foi proporcionada pelo ensino público, tanto pelo IFRJ como pela própria UFRJ. Agora terei a chance de retribuir, ajudando a formar outras pessoas.

TALIS UELISSON DA SILVA  
Instituto de Química

JANAÍNA FERREIRA  
FACC



A PLATAFORMA de criomicroscopia eletrônica do Cenabio trabalha em escala nanométrica com imagens de alta definição de moléculas biológicas, tecidos, vírus e células

# TECNOLOGIA DE PONTA

## Equipamentos adquiridos para o Cenabio e Museu Nacional aumentam a capacidade de pesquisa por imagem

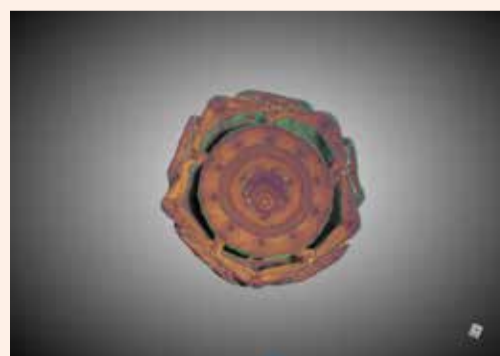
RENAN FERNANDES  
renan.fernandes@adufrrj.org.br

Dois novos equipamentos de última geração prometem ampliar as possibilidades de pesquisa na UFRJ. O Centro Nacional de Biologia Estrutural e Bioimagem (Cenabio) inaugurou no início de novembro uma plataforma de criomicroscopia eletrônica. Também no fim do ano passado, o Museu Nacional adquiriu um microtomógrafo. Em fase final de testes e calibragem, a expectativa é que as duas máquinas — únicas no Brasil — estejam em pleno funcionamento a partir de fevereiro.

A microscopia eletrônica com criogenia revolucionou o campo da biologia celular e estrutural. A tecnologia permite a obtenção de imagens de alta resolução de moléculas biológicas, vírus, células e até mesmo de tecidos, proporcionando avanços em diversas áreas da ciência, como a medicina, a farmacologia e a biotecnologia.

O professor Kildare de Miranda, vice-diretor do Cenabio e diretor da Unidade de Microscopia Avançada, comemorou a chegada do equipamento, comprado com recursos da Faperj. “Essa técnica se popularizou pelo mundo inteiro e o Brasil estava muito atrás. A gente não tinha essa tecnologia de ponta”, afirmou.

Já o microtomógrafo era um desejo dos professores e pesquisadores do Museu Nacional desde 2016. “Há uma enormi-



O MICROTOMÓGRAFO do Museu Nacional gera modelos tridimensionais de peças do acervo

dade de possibilidades de uso”, celebra o professor Cristiano Moreira, coordenador do Comitê Gestor dos Laboratórios do Museu Nacional.

Finalmente adquirido com os recursos de uma emenda parlamentar, o apare-

lho tira sucessivas radiografias do item analisado e possibilita a reconstrução tridimensional através de um programa. O método permite o estudo de peças raras sem a necessidade da utilização de técnicas destrutivas.

A digitalização do acervo do Museu fará as peças existirem não apenas no mundo material, mas também no mundo virtual. Existe ainda a possibilidade de reprodução de itens do acervo por meio de impressão em três dimensões a fim de preservar as características originais.

“Pesquisadores que visitam o Museu e pedem material emprestado para pesquisa podem examinar uma imagem digital do objeto de estudo, o que proporciona maior longevidade ao nosso acervo”, apontou Moreira.

Kildare, docente do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, também integra o Comitê Gestor do Museu Nacional e destacou a cooperação entre as diferentes unidades da UFRJ.

“A conversa vai permitir que a gente faça estudos transescala, indo do átomo até o organismo inteiro. Esse microtomógrafo falta ao Cenabio para fazer a ligação entre as escalas de tecidos e de órgãos. Em breve, estaremos na fila do Museu para usar a ferramenta”, completou.